
JUSTIÇA NA EDUCAÇÃO*

Arnaldo Niskier

Diversos fatores têm levado os educadores brasileiros a deslocar a busca das causas dos baixos índices de produtividade do ensino de 1º grau, deixando de lado o processo propriamente dito para situá-lo na criança, antes do seu ingresso na 1.ª série.

Não há dúvida de que a qualificação dos professores, o pagamento de salários condignos e a oferta de melhores ambientes escolares, com instalações e material didático suficientes e adequados, contribuirão para a elevação dos índices de aproveitamento. Uma das causas da reprovação nas séries iniciais do 1º grau situa-se na carência nutricional e cultural de grande parte das crianças provenientes de famílias de menor renda. Sabe-se que a falta de ambientes adequados na idade crítica do crescimento infantil pode lesar o desenvolvimento do cérebro e que uma fraca estruturação ambiental, física e social retarda o processo de evolução mental, psicomotora e sócio-emocional.

O Brasil tem 22,7 milhões de crianças menores de 7 anos, o que equivale a 22% de sua população e, a cada ano, nascem 3 milhões e meio de brasileiros. Não podemos ignorar esses dados nem, conhecendo-os, deixar de levá-los em consideração no planejamento educacional. Para os de 7 anos e mais, existe uma política educacional bem definida, com objetivos, metas e estratégias. O grupo pré-escolar, que, numericamente, equivale ao do 1º grau, não tem, no entanto, o mesmo atendimento. Alguns estudos locais ou regionais em áreas problemáticas indicam que 70 a 80% das crianças são desnutridas, não recebendo as atenções míni-

mas de saúde, assistência e estimulação de que necessitam. É por isso que tanto se reclama a criação do sistema nacional de educação pré-escolar, com recursos financeiros apreciáveis.

Se lembrarmos que a idade pré-escolar, principalmente os três primeiros anos de vida, é a fase mais sensível a todo tipo de influência e que pode ser marcada para sempre, com repercussão em todos os anos posteriores, será difícil fugir à conclusão de que se impõe, com urgência, um adequado programa de atendimento às crianças dessa faixa etária, sobretudo nos níveis culturais mais baixos.

Comparando-se crianças do mesmo ambiente sócio-econômico, as que recebem educação pré-escolar apresentam resultados muito superiores nos testes de desenvolvimento mental e sócio-emocional. As diferenças se acentuam nos grupos carentes. Os resultados verificados ao final da primeira série do 1º grau despertam a atenção dos administradores educacionais, e a elevação das taxas de aprovação no 1º grau torna-se medida indispensável e de grande alcance.

A educação pré-escolar não visa somente a esse resultado. Ele é, antes, uma consequência. Tem por objetivo o desenvolvimento global da criança na sua idade própria, oferecendo-lhe, para isso, os estímulos adequados.

Pelas características da pré-escola e do desenvolvimento psíquico antes dos 7 anos de idade, toda criança lucra com a educação nessa faixa

* Transcrito do Jornal do Brasil de 29/04/82.

etária. Considerando-se os recursos financeiros sempre insuficientes diante da demanda, é necessário estabelecer prioridades. É difícil resolver o problema da educação pré-escolar, que, à primeira vista, exige vultosos recursos, se a encararmos em termos de multiplicação de escolas maternas ou jardins-de-infância. O aumento de recursos para a pré-escolaridade não se deverá fazer com prejuízo do ensino de 1.º grau. A educação pré-escolar pode "organizar-se de modo flexível e livre, buscando os melhores meios de associar a família e a comunidade local às tarefas e aos custos (o que implica a formação de quadros relativamente pouco numerosos, encarregados de organizar em seu setor a educação pré-escolar de modo não formal, e a das próprias famílias, pelas escolas de pais e outros meios semelhantes)" (UNESCO). Além disso, será muito importante "a contribuição dos meios de comunicação de massa, que podem prestar grandes serviços onde quer se pretenda estender, sem demora, o ensino pré-escolar a um grande número de crianças, notadamente, as que vivem em meios de fraca impregnação cultural" (UNESCO).

A educação pré-escolar é a primeira condição para a observância do sentido de justiça na educação. Sem ela, ou com ela em grau insuficiente, de modo que não leve em consideração, ao mesmo tempo, as deficiências culturais do ambiente de origem e a precariedade da nutri-

ção e da saúde em geral, não poderá existir, verdadeiramente, a igualdade de oportunidades, postulado de uma política humana e justa, na ação contínua do processo educativo.

Cada vez mais, a educação deixa de ser tarefa de curiosos, alguns até muito bem intencionados, para se transformar em atividade de profissionais gabaritados. A administração escolar exige elementos especificamente treinados para exercê-la em conformidade com as características próprias de cada tipo de organização e das diferenças relativas aos vários objetivos a que cada uma delas se propõe. É importante, por isso — e Anísio Teixeira já o assinalava — que o administrador escolar seja um educador. Por outro lado, é também importante que os administradores escolares participem efetivamente da definição de uma Política de Educação. O momento que vivemos, nítido em suas intenções de transformação, é bastante oportuno para esta série de considerações.

No caso do Brasil, as soluções para os problemas da realidade educacional serão mais facilmente encontradas se forem procuradas formas pluralistas, ricas em alternativas que se articulem e complementem entre si. Afinal, como bem disse o professor Miguel Reale, somos um País que, "embora unitário por sua destinação histórica, é gritantemente plural".